

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
ELETROBRAS
ELETROBRAS CGTEE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017
PORTO ALEGRE, MAIO DE 2018.

Aprovado pela RES 092/2018 em 29/05/2018.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
ELETROBRAS
ELETROBRAS CGTEE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU N° 63/2010, da DN TCU N° 161/2017, da Portaria TCU N° 65/2018 e das orientações do órgão de controle interno, Controladoria Geral da União.

ASSESSORIA DE GESTÃO, RISCOS E COMUNICAÇÃO
PORTO ALEGRE, MAIO DE 2018.

LISTA DE DIRIGENTES

FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI – Diretor-Presidente (01/01 a 01/02/2017)
RICARDO LUIZ DE SOUZA LICKS – Diretor-Presidente Interino (01/02 a 31/12/2017)
RICARDO LUIZ DE SOUZA LICKS – Diretor de Engenharia, Expansão e Meio Ambiente (01/01 a 01/07/2017)
REGINA IRANI DEROSI RHEINHEIMER – Diretora de Finanças (01/01 a 27/04/2017)
TOMÉ AUMARY GREGÓRIO – Diretor de Finanças / Diretor de Finanças e Gestão Corporativa (28/04 a 31/12/17)
JOSÉ PARIZZOTTO – Diretor Administrativo (01/01 a 27/04/17)
RUBEM ABRAHÃO GONÇALVES FILHO – Diretor de Geração (01/01 a 07/03/2017)
ANGELO MÁRCIO FERNANDES PEREIRA – Diretor de Geração / Diretor de Operação (08/03 a 05/07/2017)
FELIPE FERREIRA RODRIGUES – Diretor de Operação / Diretor de Geração (06/07 a 31/12/2017)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABNT	Associação Brasileira Normas Técnicas
ACL	Ambiente de Contratação Livre
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CCC	Conta de Consumo de Combustível
CCEAR	Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica S.A.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGTEE	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CMDE	Contrato de Metas de Desempenho Empresarial
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNAE	Código da classificação completa da principal atividade econômica da UJ
COEX	Comitê Executivo do Mercado Atacadista de Energia
COSO ERM	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSC	Centro de Serviço Compartilhado
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
EBITDA	Eaming Before Imcome Tax, Depreciation and Amortization
ECO	Banco de tubos da caldeira, tratado como Economizador
ELETRORAS	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FGD	Flue Gas Desulfurization
GWh	Gigawatt hora, unidade de medida de potência elétrica
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IFRS	International Financial Reporting Standards
ISO	International Organization of Standardization
LEE	Leilão de Energia Existente
LEN	Leilão de Energia Nova
LOA	Lei Orçamentária Anual
LNA	Lado Não Acoplado
MME	Ministério de Minas e Energia
MCPSE	Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico

MCS D	Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits
MW	Unidade de Potência Elétrica Megawatt
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NBR	Norma Brasileira
NUTEPA	Nova Usina Termoeletrica de Porto Alegre
O&M	Operação e Manutenção
OCPC	Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis
OCI	Orgão de Controle Interno
OI	Orçamento do Investimento
ONS	Operador Nacional do Sistema
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDG	Programa de Dispêndios Globais
PDNG	Plano Diretor de Negócios e Gestão
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PID	Programa de Incentivo ao Desligamento
PMSO	Pessoal, Material, Serviços e Outros
PNE	Plano Nacional de Energia
PNG	Plano de Negócios e Gestão
PPA	Plano Plurianual
PLS	Plano de Logística Sustentável
P&D+I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
RGR	Reserva Geral de Reversão
ROL	Receita Operacional Liquida
SAP	Software ERP utilizado pela Eletrobras CGTEE
SEB	Setor Elétrico Brasileiro
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIN	Sistema Interligado Nacional
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPDA	Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TUC	Tipos de Unidade de Cadastro
UAR	Unidades de Adição e Retirada
UG	Unidade Geradora de Energia

UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UPME	Usina Termelétrica Presidente Médici
USJE	Usina Termelétrica de São Jerônimo
UTE	Usina Térmica de Energia
VTI	Ventilador de Tiragem Induzida
WACC	Weighted Average Cost Of Capital – Custo Médio Ponderado do Capital

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Disposição Acionária da Eletrobras CGTEE
- Quadro 2 - Potência Instalada da Eletrobras CGTEE
- Quadro 3 - Empreendimentos de Geração de Energia em Operação no Brasil - 2017
- Quadro 4 - Usinas Térmicas que operam com o insumo do Carvão Mineral – 2017
- Quadro 5 - Empresas similares a Eletrobras CGTEE - 2017
- Quadro 6 - Empresas localizadas no Norte e Nordeste – 2017
- Quadro 7 - Portfólio de Clientes da Eletrobras CGTEE
- Quadro 8 - Análise comparativa ACL e ACR
- Quadro 9 - Áreas e subunidades mais estratégicas na gestão da empresa
- Quadro 10 - Macroprocessos Finalísticos
- Quadro 11 - Principais parceiros
- Quadro 12 - Composição acionária do capital social
- Quadro 13 - Composição da carteira de Projetos do Grupo Eletrobras
- Quadro 14 - Acompanhamento Orçamentário 2017
- Quadro 15 - Acompanhamento Investimentos 2017
- Quadro 16 - Despesas por modalidade de contratação
- Quadro 17 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas nas modalidades convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse em 2017
- Quadro 18 - Valores de P&D da Eletrobras CGTEE em 2017
- Quadro 19 - Quadro de Indicadores de Desempenho CMDE
- Quadro 20 - Informações sobre dirigentes e colegiados
- Quadro 21 - Classificação dos eventos e fatores de riscos quanto à probabilidade e impacto.
- Quadro 22 - Mapa de Calor para o Risco de Pessoal da Eletrobras CGTEE.
- Quadro 23 - Indicadores e metas RVA 2017 e seus resultados
- Quadro 24 - Remuneração do Conselho de Administração
- Quadro 25 - Remuneração do Conselho Fiscal
- Quadro 26 - Síntese da remuneração do Conselho de Administração
- Quadro 27 - Síntese da remuneração do Conselho de Fiscal
- Quadro 28 - Síntese da remuneração da Diretoria Executiva
- Quadro 29 - Composição acionária
- Quadro 30 - Força de Trabalho da UPC
- Quadro 31 - Distribuição da Lotação Efetiva
- Quadro 32 - Qualificação mão de obra
- Quadro 33 - Mão de obra por idade
- Quadro 34 - Tempo para aposentadoria
- Quadro 35 - Aposentáveis por trabalhar em área de risco
- Quadro 36 - Capacitação e treinamento de pessoal

- Quadro 37 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC
- Quadro 38 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC
- Quadro 39 - Gestão de Riscos relacionada à pessoal
- Quadro 40 - Contratos de prestação de serviços não abrangido pelo plano de cargos da unidade
- Quadro 41 - Contratos de prestação de serviços não abrangido pelo plano de cargos da unidade
- Quadro 42 - Dados populacionais dos participantes do Plano BD
- Quadro 43 - Hipóteses Financeiras
- Quadro 44 - Hipóteses Demográficas
- Quadro 45 - Principais sistemas de informações
- Quadro 46 - Objetivos Estratégicos do PETI
- Quadro 47 - Necessidades e Prioridades do PETI
- Quadro 48 - Principais Projetos Desenvolvidos pela Divisão de TI
- Quadro 49 - ODS priorizadas pela Eletrobras
- Quadro 50 - Canais de acesso do cidadão
- Quadro 51 - Movimentação Intangível em Dezembro de 2017
- Quadro 52 - Movimentação Intangível em Dezembro de 2016
- Quadro 53 - Níveis Hierárquicos
- Quadro 54 - Monitoramento de Recomendações do Órgão de Controle Interno em 2017
- Quadro 55 - Publicidade e propaganda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Ilustração 1 – Organograma da Eletrobras CGTEE

Ilustração 2 – Estrutura de Governança da Eletrobras CGTEE

Ilustração 3 – Estrutura de Governança

Ilustração 4 – Matriz de Riscos

Gráfico 1 – Evolução da Energia Elétrica Gerada Total pela CGTEE 2011-2017

Gráfico 2 – Disponibilidade Geral da Eletrobras CGTEE

Gráfico 3 – Evolução da Energia Elétrica Gerada pela UTE Candiota III 2014-2017 (GWh)

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I – Balanço Social

ANEXO II - Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE

ANEXO III - Regulamento da Auditoria Interna

ANEXO IV – Parecer dos Auditores Independentes

ANEXO V – Relatório de Correição de 2017

ANEXO VI – Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto a entrega das declarações de bens e rendas

ANEXO VII – Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão

ANEXO VIII – Demonstração Atuarial – Fundação CEEE de Seguridade Social

SUMÁRIO

2.	APRESENTAÇÃO	13
3.	VISÃO GERAL DA UNIDADE	14
3.1.	<i>Finalidade e Competências.....</i>	14
3.2.	<i>Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....</i>	15
3.3.	<i>Ambiente de atuação</i>	15
3.4.	<i>Organograma.....</i>	23
3.5.	<i>Macroprocessos finalísticos</i>	27
3.6.	<i>Composição acionária do capital social</i>	29
3.7.	<i>Participação em outras sociedades.....</i>	29
3.8.	<i>Principais eventos societários ocorridos no exercício.....</i>	29
4.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	30
4.1.	<i>Planejamento Organizacional</i>	30
4.1.1.	<i>Descrição sintética dos objetivos do exercício</i>	31
4.1.2.	<i>Estágio de implementação do planejamento estratégico.....</i>	32
4.1.3.	<i>Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos</i>	34
4.2.	<i>Desempenho Orçamentário</i>	34
4.2.1.	<i>Relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento de receita.....</i>	35
4.2.2.	<i>Relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento de investimento.....</i>	35
4.2.3.	<i>Relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento de dívida</i>	35
4.2.4.	<i>Relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento de custeio</i>	36
4.2.5.	<i>Despesas por modalidade de contratação.....</i>	37
4.2.6.	<i>Execução descentralizada com transferência de recursos.....</i>	37
4.2.7.	<i>Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse.....</i>	38
4.2.8.	<i>Análise Crítica do Desempenho Orçamentário</i>	39
4.3.	<i>Desempenho Operacional</i>	40
4.4.	<i>Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....</i>	42
5.	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	51
5.1.	<i>Descrição das estruturas de governança</i>	51
5.1.1.	<i>Atendimento à Lei das Estatais</i>	53
5.2.	<i>Informações sobre dirigentes e colegiados</i>	54
5.3.	<i>Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico</i>	58
5.4.	<i>Atuação da unidade de auditoria interna</i>	58

5.5.	<i>Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos</i>	60
5.6.	<i>Gestão de riscos e controles internos</i>	61
5.7.	<i>Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados</i>	66
5.7.1.	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	69
5.7.2.	Síntese da remuneração dos administradores	70
5.7.3.	Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores	72
5.8.	<i>Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada</i>	72
5.9.	<i>Informações sobre ações trabalhistas contra a entidade</i>	72
5.10.	<i>Participação acionária de membros de colegiados da entidade</i>	73
6.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	74
6.1.	<i>Gestão de Pessoas</i>	74
6.1.1.	Estrutura de pessoal da unidade	74
6.1.2.	Demonstrativo das despesas com pessoal	79
6.1.3.	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	80
6.1.4.	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	82
6.1.5.	Entidade de previdência complementar patrocinada	84
6.2.	<i>Gestão de patrimônio e infraestrutura</i>	89
6.2.1.	Gestão de patrimônio imobiliário da união	89
6.3.	<i>Gestão de Tecnologia da Informação</i>	89
6.3.1.	Principais sistemas de informações	89
6.3.2.	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI)	90
6.3.3.	Principais projetos desenvolvidos pela Divisão de Tecnologia da Informação	92
6.3.4.	Comitê Gestor de TI	92
6.3.5.	Descrição do plano de capacitação de pessoal de TI:	93
6.3.6.	Força de trabalho de TI:	93
6.3.7.	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI:	93
6.3.8.	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência Tecnológica de empresas Terceirizadas:	93
6.4.	<i>Gestão ambiental e sustentabilidade</i>	94
6.4.1.	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras	94
7.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	96
7.1	<i>Canais de acesso do cidadão</i>	96
7.2	<i>Carta de Serviços ao Cidadão</i>	97
7.3	<i>Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários</i>	97
7.4	<i>Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade</i>	97

8.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	98
8.1.	<i>Desempenho financeiro no exercício.....</i>	98
8.2.	<i>Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....</i>	99
8.3.	<i>Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....</i>	101
8.4.	<i>Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas</i>	104
9.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	105
9.1.	<i>Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....</i>	105
9.2.	<i>Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno</i>	106
9.3.	<i>Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário</i>	107
9.4.	<i>Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....</i>	107
9.5.	<i>Informações sobre ações de publicidade e propaganda</i>	107
10.	ANEXOS E APÊNDICES	108
	<i>ANEXO I – Balanço Social.....</i>	108
	<i>ANEXO II – Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE</i>	111
	<i>ANEXO III – Regulamento da Auditoria Interna.....</i>	150
	<i>ANEXO IV – Parecer dos Auditores Independentes.....</i>	155
	<i>ANEXO V – Relatório de Correição de 2017.....</i>	158
	<i>ANEXO VI – Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto a entrega das declarações de bens e rendas.....</i>	160
	<i>ANEXO VII – Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão</i>	161
	<i>ANEXO VIII – Demonstração Atuarial – Fundação CEEE de Seguridade Social.....</i>	162

2. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 e suas alterações, da DN TCU nº 134/2013 – conteúdo geral do relatório de gestão e da DN TCU Nº 161/2017, da Portaria TCU Nº 65/2018 e das orientações do órgão de controle interno.

É importante salientar que as seções deste Relatório de Gestão foram elaboradas de acordo com a orientação da Portaria TCU Nº 65/2018 observando o detalhamento e a estrutura dos conteúdos do Relatório de Gestão 2017 atribuídos seletivamente a esta Unidade Prestadora de Contas no Sistema e-Contas, bem como às orientações de elaboração ali disponibilizadas como tópicos de ajuda.

A principal finalidade do Relatório de Gestão é a prestação de contas anual aos órgãos de controle interno, externo e à sociedade. Os itens objeto de preenchimento são aqueles aplicáveis às Sociedades de Economia Mista da Administração Indireta da União.

Há itens que, embora sejam aplicáveis à Empresa, não ocorreram no exercício, os quais foram identificados com esta observação no texto.

A Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobras CGTEE, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa publicou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício 2017, em 16 de abril de 2018 no Jornal do Comércio de Porto Alegre, encontram-se disponíveis também no site da empresa www.cgtee.gov.br.

No decorrer de 2017, em consonância com o Planejamento Estratégico da Eletrobras CGTEE 2012-2021 buscou-se o objetivo estratégico de “consolidar os negócios de geração térmica a carvão mineral de forma sustentável e rentável”. O Plano de Negócios da Eletrobras CGTEE, para o período 2018 a 2022, aprovado pela Diretoria Executiva da CGTEE em 14/12/2017 pela RES288/17 e Deliberado pelo Conselho de Administração em 27/12/2017 pela Ata número 049/2017.

As realizações e dificuldades no decorrer de 2017, relacionadas aos objetivos estratégicos estão desenvolvidas no item 4 – Planejamento Organizacional e Resultados, subitem 4.1. Complementarmente, há a descrição de outros resultados e ações, detalhadas no item 6 “Áreas Especiais da Gestão”.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1. Finalidade e Competências

Finalidade: Geração de energia elétrica a partir do uso do combustível carvão mineral.

Competências:

Conforme o Art. 4º do Estatuto Social da Eletrobras CGTEE é competência institucional:

- a) Realizar, estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;
- b) Participar de pesquisas de seu interesse empresarial no setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- c) Contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;
- d) Participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
- e) Prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;
- f) Participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;
- g) Comercializar direitos provenientes dos resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação da empresa, relacionados ao setor energético, ligadas à geração e transmissão de energia elétrica, mediante manifestação favorável da Diretoria Executiva da Eletrobras;
- h) Colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade;
- i) Comercializar direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa; e
- j) Associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.

3.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobras CGTEE, controlada pela Eletrobras, é uma sociedade de economia mista, constituída na forma da Lei Estadual do Estado do Rio Grande do Sul nº 10.900, de 26 de dezembro de 1996, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997. Em novembro de 1998, seu controle acionário foi transferido para a União. Posteriormente, em 31 de julho de 2000, a Eletrobras CGTEE tornou-se uma empresa do Sistema Eletrobras, atuando na atividade de geração de energia, a partir da queima do carvão mineral, tendo seu controle acionário disposto conforme quadro a seguir.

Acionista	Ação Ordinária
Eletrobras	99,27%
Outros	0,73%
Total	100,00%

Quadro 1 - Disposição Acionária da Eletrobras CGTEE

A Companhia possui as seguintes concessões/autorizações:

USINAS	Tipo	Autorização/ Concessão	Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	UG
UTE SÃO JERÔNIMO	Concessão	08/07/1995	07/07/2015	20	02 X 05MW – (1953) 01 X 10MW – (1956)
UTE NUTEPA	Concessão	08/07/1995	07/07/2015	24	02 X 08MW – (1968) 01 X 08MW – (1969)
UTE PRESIDENTE MÉDICI	Concessão	08/07/1995	07/07/2015	446	02 X 063MW – (1974) 02 X 160MW – (1987)
UTE CANDIOTA III	Autorização	18/07/2006	17/07/2041	350	01 X 350MW- (2011)
TOTAL				840 MW	

Quadro 2 - Potência Instalada da Eletrobras CGTEE

Complementarmente ao estatuto social, a empresa adere ao normativo legal de funcionamento das entidades da Administração Indireta Federal, às diretrizes, políticas e normativos definidos pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, Ministério de Minas e Energia - MME, pela controladora Eletrobras, além de seus próprios regimentos de funcionamento e organização.

3.3. Ambiente de atuação

a) Caracterização e o comportamento do mercado de atuação

Fundamentado nas Leis nº 10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o Governo Federal lançou as bases de um novo modelo para o Setor Elétrico Brasileiro (SEB). Este modelo definiu a criação das seguintes entidades com competências específicas:

- Empresa de Pesquisa Energética (EPE): responsável pelo planejamento a longo prazo do setor elétrico;
- Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE): responsável por avaliar permanentemente a segurança do suprimento de energia elétrica
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE): atuar no que concerne à comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado.

Outras alterações importantes incluem a definição do exercício do Poder Concedente ao Ministério de Minas e Energia (MME) e a ampliação da autonomia do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos dois ambientes para celebrar contratos de compra e venda: o Ambiente de Contratação Regulada (ACR), do qual participam agentes de geração e de distribuição de energia; e o Ambiente de Contratação Livre (ACL), do qual participam agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia e consumidores livres.

Sistema Interligado Nacional - SIN

O Sistema Interligado Nacional é formado pelas empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. Apenas 1,7% da energia requerida pelo país encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados localizados principalmente na região amazônica.

Nota-se, a partir da análise dos dados do quadro a seguir, que a base do sistema elétrico nacional são as Usinas Hidrelétricas, respondendo por 60,22% do fornecimento de energia.

Empreendimentos em Operação			
Tipo	Quantidade	Potência Instalada (kW)	%
Usina Hidrelétrica de Energia – UHE	220	101.883.450	60,22
Pequena Central Hidrelétrica – PCH	428	5.068.289	3,17
Central Geradora Hidrelétrica – CGH	672	634.791	0,40
Usina Termelétrica de Energia – UTE	3.004	43.135.744	26,18
Usina Termonuclear – UTN	2	1.990.000	1,25
Central Geradora Eolielétrica – EOL	520	12.786.139	8,04
Central Geradora Solar Fotovoltaica – UFV	1.873	1.165.160	0,73
Central Geradora Undi-Elétrica – CGU	1	50	0
Total	6.720	166.663.623	100,00

Quadro 3 - Empreendimentos de Geração de Energia em Operação no Brasil - 2017

Fonte: ANEEL (<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>, acesso em 24/04/2018)

Em relação às Usinas Térmicas que operam com o insumo carvão mineral, há atualmente 14 (quatorze) unidades com concessão ou autorização válidas, conforme quadro a seguir:

Usina	Município	Data Operação	Potência (kW)	Proprietário
Figueira	Figueira - PR	01/01/1963	20.000	Copel Geração e Transmissão S.A.
Jorge Lacerda I e II	Capivari de Baixo - SC	01/03/1965	232.000	Diamante Geração de Energia Ltda.
Presidente Médici A, B	Candiota - RS	01/01/1974	446.000	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
São Jerônimo	São Jerônimo - RS	-	20.000	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
Jorge Lacerda III	Capivari de Baixo - SC	01/02/1979	262.000	Diamante Geração de Energia Ltda.
Jorge Lacerda IV	Capivari de Baixo - SC	01/02/1997	363.000	Diamante Geração de Energia Ltda.
Metal Nobre Siderurgia Eireli	Divinópolis - MG	04/09/2017	1.275	Metal Nobre Siderurgia Eireli
Concórdia	Concórdia - SC	-	5.000	Sadia S.A
Alunorte	Barcarena - PA	26/09/2007	103.854	Alumina do Norte do Brasil S/A
Alumar	São Luís - MA	20/10/2009	75.200	Consórcio de Alumínio do Maranhão Consórcio Alumar
Porto do Itaqui (Antiga Termomaranhão)	São Luís - MA	05/02/2013	360.137	Itaqui Geração de Energia S.A.
Porto do Pecém I (Antiga MPX)	São Gonçalo do Amarante - CE	01/12/2012	720.274	Porto do Pecém Geração de Energia S.A.
Candiota III	Candiota - RS	01/01/2011	350.000	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
Porto do Pecém II	São Gonçalo do Amarante - CE	18/10/2013	365.000	Pecém II Geração de Energia S.A.
Total de Usinas	14	Potência Total	3.323.740	kW

Quadro 4 - Usinas Térmicas que operam com o insumo do Carvão Mineral – 2017

Fonte: ANEEL (<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/CombustivelListaUsinas.asp>, acesso em 24/04/2018).

b) Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada

As principais empresas que ofertam produtos e serviços similares à Eletrobras CGTEE, isto é, provenientes especificamente de geração de energia tendo como origem o carvão mineral, podem ser divididas em dois grupos: os de atuação ou origem regional e de atuação nacional.

As principais empresas localizadas na região sul do país são as seguintes:

Usina	Município	Potência (kW)	Proprietário	
Figueira	Figueira - PR	20.000	Copel Geração e Transmissão S.A.	
Jorge Lacerda I e II	Capivari de Baixo - SC	232.000	Diamante Geração de Energia Ltda.	
Jorge Lacerda III	Capivari de Baixo - SC	262.000	Diamante Geração de Energia Ltda.	
Jorge Lacerda IV	Capivari de Baixo - SC	363.000	Diamante Geração de Energia Ltda.	
Total de Usinas	4	Potência Total	877.000	kW

Quadro 5 - Empresas similares a Eletrobras CGTEE - 2017

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Banco de Informações de Geração

Empresas localizadas no Norte e Nordeste do país que trabalham com carvão importado:

Usina	Município	Potência (kW)	Proprietário	
Alunorte	Barcarena - PA	103.854	Alumina do Norte do Brasil S/A	
Alumar	São Luís - MA	75.200	Consórcio de Alumínio do Maranhão Consórcio Alumar	
Porto do Itaqui (Antiga Termomaranhão)	São Luís - MA	360.137	Itaqui Geração de Energia S.A.	
Porto do Pecém I (Antiga MPX)	São Gonçalo do Amarante - CE	720.274	Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	
Porto do Pecém II	São Gonçalo do Amarante - CE	365.000	Pecém II Geração de Energia S.A.	
Total de Usinas	5	Potência Total	1.624.465	kW

Quadro 6 - Empresas localizadas no Norte e Nordeste – 2017

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Banco de Informações de Geração

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação

O modelo brasileiro tem como base a energia hidrelétrica, sendo que as térmicas desempenham um papel complementar e de reserva. Segundo a EPE, este quadro tende a se manter, reforçado por fontes renováveis como a energia eólica e biomassa, também em caráter complementar.

Há atualmente, por parte do Operador Nacional do Sistema – ONS, o entendimento de que as térmicas a carvão são necessárias para dar segurança às demandas atuais de energia elétrica, pois estas têm sido despachadas permanentemente.

Segundo o Plano Nacional de Energia - PNE 2030, dois terços do território nacional estão cobertos por dois biomas de alto interesse do ponto de vista ambiental: amazônia e cerrado. Observa-se que 70% do potencial hidrelétrico brasileiro a ser aproveitado localizam-se nesses biomas. Nesse sentido, pode-se antever grandes dificuldades para a expansão da oferta hidrelétrica. Este estudo aponta para desafios para a construção de novas hidrelétricas, seja pela limitação ambiental, que somente direciona para a implantação de UHEs com reservatórios a fio d'água, ou pela inexistência de maior potencial hidráulico para exploração competitiva, seja pelo ponto de vista técnico e econômico de locais que estejam fora de áreas ambientalmente protegidas, ou terras indígenas. Assim, as térmicas de base serão fundamentais para a expansão do SIN.

d) Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio

As ameaças internas decorrem das condições operacionais da empresa e impactaram nos resultados da Companhia em 2017, representadas por níveis insuficientes de geração de energia, relacionadas às paradas não programadas e pequenas interrupções da atividade produtiva, que somadas impactaram na geração programada.

Adicionalmente o resultado do exercício de 2017 foi impactado pelo nível de endividamento da Companhia, gerando despesas financeiras decorrentes do serviço da dívida, composta por amortizações e juros, que tiveram grande relevância na composição do resultado negativo do período. Além disso, eventos contábeis referentes às provisões para contencioso judicial e *impairment* impactaram negativamente no resultado do exercício de 2017.

Questões ambientais e políticas governamentais restritivas a investimentos e eventuais ou estruturais problemas de performance operacional ou financeiros do principal fornecedor do insumo carvão, representam riscos externos relevantes, pois podem impactar negativamente nas operações da Eletrobras CGTEE.

Como oportunidade, vislumbra-se a possibilidade de obter melhores resultados futuros advindos de ações para recuperar o desempenho operacional da UTE Candiota III (overhaul), capitalizar a dívida junto a Eletrobras, bem como redução dos custos com PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros), em conformidade com o PNG 2018-2022. E, a Eletrobras Holding, ao final do terceiro trimestre de 2017, deu início ao processo de reestruturação societária entre as empresas Eletrobras Eletrosul e Eletrobras CGTEE, cujos estudos para implementação iniciaram em 2018.

e) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços

O relacionamento da Eletrobras CGTEE com os clientes, representados pelas distribuidoras de energia, se difere do relacionamento com o consumidor final, pois a atuação da Eletrobras CGTEE se restringe à geração de energia e não a sua distribuição. Em razão de o relacionamento ser formalizado em contratos no ambiente regulado, a CCEE disciplina a relação comercial entre geradores e distribuidores.

Comercialização de energia

Durante o ano de 2017 a Eletrobras CGTEE comercializou energia da seguinte forma:

- Contratos CCEAR – Venda de energia no Ambiente Regulado (ACR) - 1º Leilão de Energia Nova (LEN)

Em decorrência do 1º LEN, realizado em dezembro de 2005, a Eletrobras CGTEE assinou Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR do tipo por disponibilidade com 31 empresas distribuidoras de energia elétrica. Após as realizações do mecanismo MCSO o número de clientes vinculados a este leilão passou a ser de 35 distribuidoras. Neste leilão foram comercializados 2.557,92 GWh (292 MW médios anuais).

Durante o 2º semestre de 2017 a Eletrobras CGTEE realizou a redução contratual de 50%, reduzindo o montante vendido para 146 MW médios mensais. Os efeitos desta redução contratual foram verificados tanto na receita quanto nos ressarcimentos pagos às distribuidoras minimizando os efeitos de pagamento de ressarcimentos valorados ao PLD, devido à baixa performance da UTE Candiota III.

Verificou-se em 2017 uma Receita de R\$ 467,650 milhões e Ressarcimentos de R\$ 248,146 milhões, com isso, a Receita “líquida” (Receitas - Ressarcimentos) totalizou R\$ 219,504 milhões.

No quadro a seguir é apresentado o portfólio dos clientes do 1º LEN:

CLIENTE	CLIENTE	CLIENTE
CELPE	ENERGISA MS	CELG
CELESC DIST	ENERGISA BR	CEEE DISTRIB
COELCE	CEMIG DISTRIB	ENERGISA TO
ESCELSA	COELBA	ENERGISA MT
COSERN	ELEKTRO	ENERGISA VP
LIGHT	CEAL	CEMAR
CELPA	ELETROPAULO	CPFL LESTE PTA
CEPISA	AMPLA	ENERGISA NA
RGE SUL	ENERGISA PB	CPFL PAULISTA
CPFL STA CRUZ	BANDEIRANTE	RGE
ENERGISA BO	COPEL DISTRIB	CPFL PIRATINGA
ENERGISA SUL-SUDESTE	ENERGISA SE	

Quadro 7 - Portfólio de Clientes da Eletrobras CGTEE

- Liquidação no Mercado de Curto Prazo – CCEE:

Mensalmente é realizada pela CCEE a contabilização do Mercado de Curto Prazo, na qual são comparadas as gerações de energia realizadas associada à energia adquirida para lastrear a insuficiência de lastro físico e a energia vendida.

Considerando as gerações realizadas em 2017 acrescidas das energias compradas e comparadas às energias vendidas, o resultado do ano foi uma receita de R\$ 109,578 milhões. Cabe ressaltar que boa parte desta receita ficou retida na CCEE devido à inadimplência de

geradoras (GSF), permanecendo como crédito à Eletrobras CGTEE. É importante destacar que no ano de 2017 não ocorreram dispêndios decorrentes de aplicações de penalidades por parte da CCEE.

- Ressarcimentos Devidos:

Conforme aplicação das regras de mercado da CCEE, os CCEAR vinculados à UTE Candiota III estão sujeitos a aplicação dos seguintes ressarcimentos a serem pagos para as distribuidoras clientes: (i) ressarcimento por não atendimento ao despacho do ONS e (ii) ressarcimento por não cumprimento à Inflexibilidade Contratual Anual.

No ano de 2017 o total de ressarcimentos pagos foi de R\$ 248,147 milhões, impactando nas receitas provenientes desta Usina.

- Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre – ACL:

Em função do volume de venda dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos desde Janeiro/2008, e os problemas técnicos enfrentados pelas usinas, a Companhia ficou sujeita a penalidades por insuficiência de lastro físico perante CCEE. Desde fevereiro de 2009, para solucionar este problema, a Companhia vem adquirindo sistematicamente montantes de energia através da participação em leilões de compra de energia, evitando a exposição às penalidades supracitadas.

No ano de 2017 foram adquiridos 1.182,600 GWh em leilões de compra de energia no ACL, ao custo bruto de R\$ 228,038 milhões.

Ao longo de 2017, devido à descontração de energia da UTE Candiota III, a Eletrobras CGTEE realizou leilões de venda de energia mensais tipo *ex-post* no ACL resultando em uma receita anual de R\$ 249,834 milhões, a seguir apresenta-se um quadro com os dados do 2º semestre de 2017, mostrando que a descontração do ACR foi vantajosa com a venda no ACL no resultado global.

RESULTADO NO CAIXA DA CGTEE (UTE Candiota III)	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Jul – Dez/17
SEM a descontração contratual no ACR da UTE Candiota III (estimativa)	R\$ 25 milhões	R\$ 21 milhões	R\$ 1 milhões	- R\$ 12 milhões	- R\$ 5 milhões	R\$ 12 milhões	R\$ 42 milhões
COM a venda de energia no ACL, do contrato da UTE Candiota III (verificado)	R\$ 40 milhões	R\$ 71 milhões	R\$ 7 milhões	R\$ 33 milhões	R\$ 37 milhões	R\$ 21 milhões	R\$ 209 milhões

Quadro 8 - Análise comparativa ACL e ACR

- Exportação de Energia:

Durante o mês de janeiro de 2017 foram exportados 3,14 MW médios para a Argentina, resultando em uma receita de R\$ 0,542 milhões.

f) Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los

O principal risco de mercado identificado pela Eletrobras CGTEE consiste na indisponibilidade de Geração.

As principais iniciativas ocorridas no período foram o término do processo de contratação e comissionamento da caldeira auxiliar para garantir o fornecimento de vapor auxiliar para Fase C além de parada para inspeção dos equipamentos com vistas ao “overhaul”.

Aliado a isso, a negociação com a EPCista para revisão especial de manutenção “Overhaul” da UTE Candiota III objetivando recuperar a confiabilidade operacional e a capacidade nominal da unidade, com previsão de ocorrência para 2º semestre de 2018.

g) Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios

O mercado brasileiro de energia continua e continuará dependente principalmente da energia hidroelétrica e da gestão dos estoques de água nos seus reservatórios para atender ao consumo de eletricidade, complementada pelas térmicas e por outras fontes renováveis como eólicas e a biomassa.

O ano de 2017 mostrou um aumento de 1,3% na geração total do SIN em relação a 2016. Em relação ao tipo de fonte, verificou-se elevações em comparação a 2016 nas categorias biomassa, eólica, solar e térmica e redução na geração hidráulica.

O consumo de energia no SIN, observado no centro de gravidade, em 2017 apresentou crescimento de 1,3% em relação a 2016, demonstrando uma recuperação no consumo de energia do país em 2017.

h) as informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.

Não se aplica à UPC.